

*“Da tribo pujante,/ Que
agora anda errante/ Por
fado inconstante,/*
*Guerreiros, nasci; /Sou
bravo, sou forte,/ Sou filho
do Norte;/Meu canto de
morte, /Guerreiros, ouvi.”*

Gonçalves Dias, em “I-Juca-Pirama”

*“Esses selvagens estão
ameaçando toda a nossa
operação.”*

Parker Selfridge, um dos vilões
de “Avatar”, sobre os Na’vi

DVDs e mandioca: o caso Paquicamba

Gustavo Paul

● O índio Giliarde Jacinto Juruna tem 28 anos e mora na aldeia Paquicamba, numa casa de madeira bem diferente das tradicionais ocas indígenas do Alto Xingu. Casado, tem dois filhos pequenos e vive como agente de saneamento da Funasa, que rende um salário mínimo por mês. É dele a responsabilidade de ligar e desligar a bomba a óleo que abastece a caixa d’água da aldeia com água de um braço do Rio Xingu. Ele também deve verificar e reparar o encanamento desse sistema, que distribui água — filtrada — para todas as casas da aldeia. Essa bomba, cedida pela Funasa, é ligada por um motor a diesel. Para economizar combustível, a bomba é ligada um dia sim, outro não. Mas, toda noite, o motor a diesel é ligado, para iluminar a aldeia e permitir que todos possam ter acesso às novelas da TV, captadas por uma antena parabólica. Giliarde ainda assiste a DVDs, que enfeitam a estante de sua casa.

Mas, nos últimos dias, ele está articulando um racha na aldeia. Pretende criar uma nova, a Moratô, ainda dentro dos limites da reserva. Dos 83 moradores da Paquicamba, cerca da metade deve seguir com Giliarde. A outra metade ficará com o velho cacique Manuel Juruna, de 69 anos, que está há 30 anos no comando do lugar.

Giliarde defende a mudança como reflexo da construção da usina de Belo Monte, cujo paredão principal vai se situar a cerca de 40 quilômetros rio abaixo. O paredão deve reduzir permanentemente a vazão do rio em sua região. Segundo os estudos, as águas do Xingu devem ficar sempre no nível do período de seca, quando as pedras ficam expostas, a navegação se torna mais difícil, e os peixes se concentram em poços espalhados pela calha. Para o índio, essa situação prejudicará sua tribo. Por isso, Giliarde decidiu se mudar para uma área próxima ao canal principal do Xingu, com mais água.

— Belo Monte vai atrapalhar nossa vida. No verão, a lancha não sai, e temos de andar mais para chegar à água. Os peixes vão ficar mais concentrados nos poços, e os pescadores vão descer para pescar por aqui. E os peixes, que comem frutas caídas das árvores no período das cheias, vão ter menos alimento. Com o sol, as águas vão esquentar, e os peixes vão morrer.

A aldeia, porém, tem na pesca apenas uma parte de sua subsistência. Os habitantes vivem mesmo é da agricultura, em ro-

ças de mandioca, cacau e banana, que ficam a alguns quilômetros da tribo. Giliarde admite que apenas alguns pescam — e para vender a atravessadores, que revendem em Altamira.

Situada numa região bastante arborizada, a aldeia tem uma escola e uma enfermaria. Um professor e uma enfermeira são contratados para passar o ano ali. Se não fosse o nome da aldeia, Paquicamba poderia ser confundida com qualquer localidade rural da amazônia.

Giliarde não acredita nos relatórios de impacto ambiental da Eletronorte, os quais garantem que a vida deles não será tão afetada. O futuro cacique — que, para ser fotografado, veste-se com uma faixa na cabeça e um colar de contas, projetando para o jornalista uma imagem de “pré-cacique” — quer mais garantias do governo. Quer inclusive a garantia de que aumentaria a área da sua reserva, como uma compensação pelos problemas que a usina vai causar.

— Eles só falam em processo, mas não dizem o que será esse processo. Já disseram que vão aumentar nossa área, mas não tem papel para dizer o que vão dar para nós. É só enrolação.

O racha na aldeia deve-se à posição considerada passiva do cacique Manuel. Sossegado, o velho chefe passa os dias colhendo mandioca e preparando farinha para vender. Manuel ouve as discussões sobre Belo Monte desde os anos 1980 e chegou à conclusão de que a obra vai sair de qualquer jeito. Como a maior parte da aldeia, ele não vive da pesca. De vez em quando vai atrás de peixes para comer, mas sua renda vem da roça. Ele conta com as promessas e os estudos da Eletronorte.

— Tem 30 anos que eles falam dessa coisa e por isso eu sosseguei. Acho que não vai atrapalhar nossa vida. O que Deus fez não pode ser desfeito pelo homem. Não acredito que o rio vai secar. Não é bem assim. Eles (*a Eletronorte*) dizem que não vai baixar tanto assim. Creio que eles não vão nos enganar. Eles (*os outros índios*) dizem que sou a favor. Fico chateado porque não sou nem contra nem a favor — diz Manuel.

Sobre o racha, ele tenta disfarçar, mas não consegue esconder a frustração, ao elevar levemente o tom de voz.

— Eles até agora não cortaram um pau sequer para começar a aldeia. Vou ficar aqui. Tenho filhos, netos, sobrinhos. Vamos continuar na aldeia. Não vai mudar nada.

Esboços da identidade indígena brasileira contemporânea

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, trouxe para o centro do grande debate econômico nacional um personagem que, extrativismo de pau-brasil à parte, sempre esteve à sua margem: o índio. Mas que índio? A vinda ao Brasil do cineasta James Cameron, que protestou contra o empreendimento de base paraense, gerou comparações entre os indígenas brasileiros e os gigantes azuis de seu “Avatar”. A analogia mostra que ainda são fortes os traços míticos formatados no século XIX pelo poeta Gonçalves Dias (1823-1864), autor de “I-Juca-Pirama”. Traços re-
lidos ao longo dos anos por artistas como o cantor Caetano Veloso. Nesta página, o jornalista Gustavo Paul, o antropólogo João Pacheco de Oliveira e o cineasta Sebastián Gerlic esboçam, na véspera do Dia do Índio, um perfil contemporâneo dos povos da floresta. (*Leonardo Lichote*)

Fábio Seixo



Internet é o novo arco e flecha

Sebastián Gerlic

● Como qualquer morador de qualquer metrópole do mundo, os indígenas costumam sair com seus celulares. Com eles, fotografam e filmam, por exemplo, desmatamentos e queimadas, com o objetivo de denunciar as agressões à natureza pela internet. Alguns editam seus próprios filmes e os disponibilizam no YouTube e no portal www.indiosonline.org.br — que reúne também, além de denúncias, registros da produção cultural das tribos e reportagens variadas produzidas pelos indígenas.

A internet é o novo arco e flecha da aldeia. Em suas caçadas virtuais, os índie-

nas pesquisam assuntos de seu interesse e se mantêm atualizados sobre o que acontece fora das aldeias.

O documentário “Índigenas digitais” (*que Gerlic dirigiu, e cuja estreia será amanhã, no Oi Futuro, em Ipanema*) registra como sete etnias diferentes estão utilizando a tecnologia. Na Terra Indígena Catarina Paragauçu, no município de Pau Brasil, na Bahia, encontrei-me com minha mãe adotiva, Maya Pataxó Hähähäe. Perguntei a ela o que acha da internet. Do alto de seus 61 anos de idade, ela falou do prazer de ver seu povo conversando com o mundo e destruindo preconceitos.

SEBASTIÁN GERLIC é cineasta e fundador da ONG Thydewá

*“Virá, impávido que nem
Muhammad Ali, virá que eu
vi/ Apaixonadamente
como Peri, virá que eu vi/
Tranquilo e infalível como
Bruce Lee, virá que eu vi/
O axé do afoxé, filhos de
Ghandi, virá...”*

Caetano Veloso, em “Um índio”

Autênticos em 1500, hoje ou em 2154?

João Pacheco de Oliveira

● É comum jornais, filmes e comerciais de TV suporem que os índios são (ou deveriam ser) iguais àqueles descritos pelos primeiros cronistas, inteiramente exteriores ao universo ocidental. Nessa representação, o tempo transcorreu de modo absolutamente diverso para “brancos” e “índios”. Uns, os não indígenas, estão situados na História e se caracterizam pela variabilidade, mudança e complexidade. Os outros, os indígenas, são como estátuas de pedra, que apenas podem apresentar-se como idênticas ao que antes (supostamente) eram.

Recusar ao índio a História e o exercício da própria voz, imaginando-o apenas antes da chegada dos brancos, é um expediente útil para silenciar sobre o violento processo de colonização, propiciando uma autoanistia aos colonizadores. É essa categoria redonda, inteiramente infensa à História, plena de seduções e lisa de culpas, que o senso comum repete e consagra incessantemente. Em estudos anteriores, eu apontei um artifício narrativo que chamei de “o efeito túnel do tempo”. O artifício garantia a qualquer não índio, como em um passe de mágica, uma flagrante superioridade em relação a qualquer indígena. É também com base nisso que a tutela, apesar de autoritária e etnocêntrica, veio a ser simploriamente legitimada como instituto necessário e até filantrópico.

Tal ideia está muito viva nas mais variadas manifestações discursivas dos brasileiros: artes, literatura, chiste e linguagem cotidiana. Os índios seriam algo apenas relativo ao passado colonial do Brasil, havendo uma enorme e generalizada dificuldade em compreender os índios atuais.

O reconhecimento se limita a faixas da Amazônia, onde ainda haveria grupos isolados e arreios (“índios verdadeiros”). Os demais são ditos apenas “remanescentes”, índios “misturados” e, no limite, “falsos índios”. Pretende-se instituir uma polaridade entre as culturas indígenas “intocadas” (seriam as autênticas) e aquelas afetadas por “processos de aculturação” (seriam inautênticas). Partindo daí, setores da administração pública colocam em segundo plano as demandas de “índios” no Nordeste, seja omitindo-se face ao reconhecimento de suas terras, seja criminalizando suas lideranças e enquadrando-as em um regime carcerário

próprio de praticantes de crimes hediondos (vide www.abant.org.br).

Os direitos indígenas, tais como definidos na Constituição de 1988 e na Convenção 169 (acolhida no Brasil em 2003), não decorrem, porém, de uma condição de pureza cultural a ser comprovada nos índios e coletividades indígenas atuais, mas sim do reconhecimento pelo Estado de sua condição de descendentes da população autóctone. Trata-se de um mecanismo compensatório pela expropriação territorial, pelo extermínio de incontáveis etnias e pela perda de uma significativa parcela de seu patrimônio cultural.

Não é justificado estabelecer parâmetros arbitrários para definir o que é (ou o que deva ser) uma cultura indígena. A incorporação de rituais, crenças e práticas exógenas não necessariamente significa que aquela cultura já não seria “autenticamente indígena” ou pertencesse a “índios aculturados”. Para constituir analiticamente uma cultura, é preciso partir do que pensam, fazem e sentem os seus portadores atuais. É preciso libertar-se do efeito “túnel do tempo”, da abordagem objetificante e da relação tutelar.

Os debates sobre Belo Monte nos evidenciam essa complexidade. Ali se expressam as velhas concepções sobre os indígenas, que alimentam tanto argumentos desenvolvimentistas quanto ambiguidades do discurso tutelar. Manifesta-se também uma tensão no interior do novo paradigma, uma vez que os indígenas buscam exercer o seu protagonismo, mesmo assumindo posições temporariamente antagônicas — como no caso da aldeia Paquicamba. Aprender a respeitar e a lidar com a contemporaneidade do indígena será um aprendizado importante para as autoridades.

Os embates ideológicos fizeram curiosamente reviver o potencial utópico da figura do índio, apropriando-se agora da poderosa máquina de fabricação de mitos que é o cinema e remetendo-os ao futuro. A retórica dos ecologistas estabeleceu um paralelo entre os Na’vi e os indígenas atuais da região, visando a apontar os riscos para o ecossistema amazônico e mesmo planetário. A disputa pela autenticidade remete agora a 2154!

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA é antropólogo, professor titular do Museu Nacional/UFRJ.